



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

“O CONSUMO DE ÁGUA NO ESPAÇO URBANO E O COTIDIANO FEMININO: A REALIZAÇÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS”

“WATER CONSUMPTION IN URBAN SPACE AND THE WOMAN'S ROUTINE: THE CONDUCT OF DOMESTIC TASKS”

Dinar Souza da Silva¹

Juliana Cristina das Chagas de Melo²

Laura Susana Duque Arrazola³

RESUMO

O presente trabalho traz o consumo de água dentro de um contexto em que este é um bem de consumo coletivo, que atende as necessidades básicas à manutenção da vida. Defende-se que tanto no espaço urbano como em outros contextos, a água deve ser de boa qualidade e garantida através de serviços públicos de infraestrutura. Sendo assim, ela é utilizada para diversos fins, dentre eles atividades domésticas que, em sua maioria é realizada por mulheres. O objetivo deste artigo é proporcionar uma reflexão acerca do consumo de água no espaço urbano para realização de afazeres domésticos, enfatizando uma discussão de gênero, em que questione o papel feminino nas atividades do lar, para a manutenção da família. Destaca-se a precarização do acesso e consumo de água em comunidades localizadas em áreas urbanas periféricas que geograficamente não se encontram em locais onde há seca, mesmo assim, a distribuição da mesma entre os diversos bairros não se dá em pé de igualdade, vitimando quase sempre as comunidades formadas por sujeitos com baixo poder aquisitivo, criando assim um obstáculo para a realização das atividades delegadas às mulheres nos cuidados com o lar.

Palavras-chave: Espaço urbano – mulheres – consumo de água

¹ Aluna do Programa de Pós – Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: dinarsouzasouza@gmail.com

² Aluna do Programa de Pós – Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: juli_ccm@hotmail.com

³ Prof^a Dr^a do Programa de Pós – Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: lsduquearrazola@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Além de indispensável para a sobrevivência humana, a água é fundamental para as mais diversas atividades, sejam estas domésticas, industriais, agrícolas, dentre outras, caracterizando-se como um bem coletivo de consumo. Por essas razões, a água é também dotada de valor econômico e social. A ausência de água potável ocasiona problemas não só para o corpo humano, mas para a vida social do sujeito. Patrimônio do planeta, como traz a Declaração Universal dos Direitos da Água, (ONU, 1992), a água apresenta muitas dimensões, como política e mercadológica, o que ocasiona uma série de questões como, o acesso desigual, o não cumprimento na íntegra das políticas da água, como também um abastecimento precarizado em determinadas classes sociais. Neste artigo será considerado o consumo da água dentro do espaço urbano, especificamente no ambiente doméstico.

O abastecimento de água de uso doméstico se configura como um dos fatores mais importantes para a manutenção da saúde familiar e dignidade social, bem como geração de oportunidades de sustento, renda e contribuição para produtividade econômica. O investimento na gestão de recursos hídricos e serviços associados a ele relacionados contribui para a redução da pobreza e se determina como suporte para o desenvolvimento econômico. Garantir um abastecimento de água adequado a todos os indivíduos “funcionaria como catalisador de progresso na saúde pública, na educação, na redução da pobreza e, ainda, como fonte de dinamismo econômico” (PNUD, 2006, p.9).

Em 2010, a Assembléia Geral das Nações Unidas declarou a água limpa e segura - e o saneamento - um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos (ONU, 2010). Diante disto, o acesso à água potável e ao saneamento configura-se como um direito humano, no entanto, há um impacto desigual, onde pobres, crianças e mulheres saem mais prejudicados/as (UNESCO, 2015). A falta de saneamento aliado à ações voltadas para o tratamento de água colabora com o agravamento da vulnerabilidade social a que muitas mulheres estão expostas, sobretudo aquelas residentes em periferias urbanas, comunidades rurais ou assentamentos precários (HORA, Et al, 2012).

Por ser quase sempre “delegado” as mulheres os serviços domésticos e a manutenção da família, são estas, em sua grande maioria, responsáveis por prover o abastecimento de água para a utilização coletiva no lar. A problematização do presente trabalho se dá através da configuração do consumo de água no ambiente doméstico, que sujeita mulheres pobres ao abastecimento precário deste bem, embora seja um direito humano.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca do consumo de água no espaço urbano para realização de afazeres domésticos, enfatizando uma

discussão de gênero, em que questione o papel feminino nas atividades do lar, para a manutenção da família.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO - CONCEITUAL

2.1 O espaço urbano e a água

O espaço urbano é compreendido pela cidade - esta se materializou a partir da ação de seus agentes produtores, marcado pela concentração de pessoas e pelos meios de produção. Considera-se também a cidade como um espaço de segregação socioespacial e como um espaço político, sendo lugar de manifestação individual e experiência coletiva (VITTE, 2010). O espaço urbano, assim como a cidade necessitam de uma infraestrutura para se estabelecer e, é nesse contexto que se inclui a importância dos serviços de água e esgoto, a partir do papel do Estado (VENDRAMEL, Et al, 2003).

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por aceleradas transições urbanas, transformando um país rural e agrícola em urbano e metropolitano. Nessa transição, os mais pobres contemplavam uma parcela majoritária, no entanto, não foram contemplados na expansão urbana (MARTINE & Mc GRANAHAN, 2010).

O desenvolvimento urbano tem seu ápice na segunda metade do XX, marcado pela concentração da população em espaço reduzido, acompanhado pela competição do uso de recursos naturais (solo e água) e a destruição de parte da biodiversidade natural. Foi formado então um ambiente socioeconômico urbano, caracterizado por efeitos inter-relacionados e que, quando fora de controle, podem levar a cidade⁴ ao caos. Desta forma, a cidade deve ser gerida a partir de três aspectos principais: planejamento e gestão do uso do solo; infraestrutura viária, água, energia, comunicação e transporte; e gestão socioambiental (TUCCI, 2008).

De acordo com Melo (2015), vale salientar o significado político da urbanização, sob o ponto de vista de conflitos de classes, ou seja, as grandes metrópoles se configuram como espaços de conflitos relacionados à produção e reprodução de espaços urbanos. O autor ainda acrescenta que:

A cidade é um espaço de luta pelos direitos sociais. A questão urbana é uma das principais áreas de conflitos políticos e sociais pelos direitos de cidadania. Isto é, luta pelo direito à moradia, à saúde, ao transporte, aos salários dignos e à melhoria das condições de vida social. (MELO, 2015, pag 417 - 418)

⁴ Espaço urbano que compreende, primordialmente, consumo e moradia.

O crescimento econômico aumenta a urbanização no momento em que o perfil de renda é alterado e os empregos passam a se concentrar nos serviços e nas indústrias mais do que na agricultura. Desde o século passado, o desenvolvimento urbano é marcado por padrões de concentração urbana: desconcentração em direção a periferia, deixando os centros das cidades despovoados (TUCCI, 2008).

O Brasil começou a apresentar um quadro acelerado na urbanização depois da década de 60. Nas cidades brasileiras há problemas sociais e ambientais que estão diretamente relacionados, de modo que a falta de uma atitude efetiva em relação ao crescimento urbano descontrolado, acarreta no descaso com a população de renda mais baixa (MARTINE & Mc GRANAHAN, 2010). Segundo Silva & Machado (2001), o quadro urbano brasileiro se configura a partir da baixa qualidade de vida e falta de sustentabilidade. A aglomeração da população de baixa renda em terrenos com baixa valorização proporcionou a formação de comunidades que, não raras vezes se encontram desprovidas da prestação de serviços essenciais e da proteção do Estado. A insuficiência de investimentos é um dos fatores que determinam o crescimento rápido das cidades, que se expressa em moradias inadequadas, insuficiência do sistema de transporte e poluição do meio ambiente. Os autores salientam ainda que o planejamento e a gestão das cidades não suprem as nuances da realidade urbana brasileira.

Para Castro Et al (2005) a alta concentração urbana no Brasil acarreta em vários problemas no meio urbano (inundações, contaminação de mananciais superficiais e subterrâneos, falta de saneamento básico, falta de disposição adequada aos resíduos sólidos, dentre tantas outras questões. Segundo Tucci “os efeitos desse processo, fazem-se sentir sobre todo o aparelhamento urbano relativo a recursos hídricos: abastecimento de água, transporte e tratamento de esgotos cloacal e pluvial” (TUCCI, 1997, p. 3). O autor ainda argumenta que o desenvolvimento urbano brasileiro tem produzido aumento significativo na frequência das inundações, na produção de sedimentos e na deterioração da qualidade da água.

O rápido crescimento urbano, somado a falta de orientação espacial e do manejo ambiental adequado, aumenta a degradação de recursos naturais, tais como a terra, a água e a vegetação. Nesse contexto, a ausência de serviços básicos corrobora com problemas de saúde ambiental, sobretudo aqueles ligados à água e ao saneamento (MARTINE & Mc GRANAHAN, 2010).

Reforçando as questões dos problemas do espaço urbano, Vitte (2010) fala sobre os destinos dos mais pobres nas periferias, sem infraestrutura, locais onde quem mora são aqueles que não podem pagar por moradias mais adequadas, nas áreas mais privilegiadas, com mais infraestrutura urbana. Caracteriza-se então, a cidade como um espaço de segregação socioespacial.

Ter acesso aos serviços de saneamento básico e distribuição de água se faz necessário para a garantia da sobrevivência humana, já que para que os indivíduos participem de atividades

econômicas e sociais, necessitam de uma vida saudável. Tratando especificamente do abastecimento de água, este deve ser de qualidade e contínuo. Quando não atendidas as necessidades, acarretam em riscos sanitários (GALVÃO JUNIOR, 2009).

Quando se fala no espaço urbano, há uma contradição que deve ser destacada, uma vez que é neste espaço se compreende de duas atividades opostas: a alta demanda de água com qualidade para o consumo versus a degradação de recursos hídricos através da contaminação de resíduos (VENDRAMEL, Et al, 2003).

De acordo com a Agência Europeia do Ambiente (AEA), para garantir o abastecimento de água limpa se faz necessário levar em conta vários fatores, dentre eles: dimensão populacional, mudanças físicas da superfície dos solos, comportamento dos consumidores, necessidade de uso das atividades econômicas e o armazenamento e transporte desse bem.

Os serviços de água possuem alguns problemas, tais como: preservação de mananciais urbanos, perda de água na distribuição, além da falta de racionalização de seu consumo em nível doméstica e industrial (TUCCI, 2008).

A discussão em torno do acesso aos serviços urbanos e as condições sociais sempre foram vistas de forma distintas nas formulações de políticas urbanas, de modo que as áreas com menos infraestrutura sofrem com mais problemas de saúde pública, além de residir a população com renda mais baixa (SILVA & MACHADO, 2001).

Para Melo (2015) a melhoria da renda da população brasileira acarretou em um novo cenário social e político, com uma alta demanda de serviços públicos de qualidade. As pessoas não estariam mais dispostas a baixa qualidade de serviços prestados pelo Estado.

Sendo assim, Tucci (2008) destaca os principais problemas que estão relacionados com a infraestrutura e a urbanização dos países da América Latina que estão em desenvolvimento: 1- grande concentração populacional em pequena área, acarretando em deficiência no transporte, saneamento e água, trazendo problemas para saúde, qualidade de vida e ao meio ambiente; 2- aumento da periferia das cidades, os bairros não estão preparados para receber grande número de habitantes, tendo como consequência problemas de segurança pública e infraestrutura; 3- a urbanização é espontânea, ao passo que o planejamento é feito para as áreas ocupadas pela população com renda média e alta, em contrapartida, áreas públicas ilegais e de risco são ocupadas por quem tem menor renda, caracterizando então a cidade em formal e informal. De acordo com Fernandes (2009):

Os sistemas urbanos de regiões e países menos desenvolvidos são destacados não apenas devido às condições precárias de habitação, saneamento, transporte e condições de trabalho prevalentes em suas cidades, mas também pela “estrutura primaz” que apresentam, isto é, elevada concentração de população, investimento e infraestrutura em alguns poucos centros urbanos de grandes proporções, muitos dos

quais capitais nacionais. É o caso especialmente da América Latina e Caribe, considerada a região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento pelo UM-HABITAT (2009), com 77% da população vivendo em áreas urbanas, 20% das quais em cidades com mais de 5 milhões de habitantes. (FERNANDES, 2009, p. 65)

Dentro desse contexto, os problemas urbanos possuem perfis distintos em relação as desigualdades urbanas contemporâneas. A provisão dos meios de consumo coletivo⁵ nem sempre são a preocupação principal (CASTRO, Et al, 2005). E em se tratando do abastecimento de água em áreas urbanas, é preciso que gerenciamento do recurso hídrico seja eficaz em todas as etapas – do abastecimento ao consumo (AEA, 2016).

2.2 Mulheres e Abastecimento de Água: implicações na realização de atividades domésticas

Após o levantamento bibliográfico foi possível analisar que as mulheres – sobretudo as que se encontram em situação de pobreza - se apresentam como grupo de alta vulnerabilidade em consequência do acesso e consumo de água de forma precária. Devido às culturas em que cada uma destas está inserida, são elas que mais vão em busca de prover o recurso água para o consumo da família.

Isso pode ser explicado a partir dos argumentos de Mead (1969), onde a autora enfatiza que as normas sociais são resultados da cultura e a maneira de se comportar depende da construção social. Por ser - na maioria das sociedades - atribuído à mulher, os serviços domésticos, são delegados também a estas o dever de prover água para a família, enquanto o homem sai para o trabalho.

O espaço doméstico está sendo considerado aqui como a “casa”, na perspectiva de Sarti (1994), que é onde se projeta ter uma família. Nesse contexto, há uma diferença de autoridade onde a casa é identificada através da mulher e a família através do homem, de modo que hierarquia se configura a partir do momento que a casa está contida na família. O homem corporifica a identidade moral da respeitabilidade familiar e a mulher zela pelo bem-estar, vinculada a valorização materna.

No Brasil, o início dos estudos sobre o trabalho feminino era marcado pela produção, deixando de lado o lugar ocupado pela mulher na sociedade, que se configura a partir de seu papel na família. No entanto, as pesquisas tomaram novas formas articulando o espaço produtivo e a família, já que a vivência feminina do trabalho está relacionada a combinação desses dois espaços (BRUSCHINI, 2007).

⁵ Neste artigo, a água está sendo considerada como um bem de consumo coletivo.

No tocante ao estilo de vida contemporâneo, Silva (2010) relata sobre relacionamentos na vida doméstica, bem como a utilização da tecnologia⁶ na materialidade dos modos de vida. Nesta relação, destacamos o cotidiano dentro do lar, tendo em vista que a manutenção da vida privada é, em sua maioria, incumbência feminina.

Apesar de haver mudanças no cotidiano do lar, as famílias ainda conservam pontos que reforçam a naturalização do trabalho doméstico ligado a mulher. Em relação a isso Silva (1998, pág 38) destaca que “o padrão de relações de gênero onde a mulher serve e o homem provê é muito mais extensivo socialmente e é a força ideológica preponderante, mesmo onde a mulher também provê. Em geral as mulheres continuam servindo.”

Dentro desse contexto, levemos em conta que o ambiente doméstico possui uma cultura interna na qual seus membros estão dispostos de modo que cada um desempenha um papel. E se faz necessário salientar que é justamente o papel feminino, imerso em um contexto histórico⁷ que vem sendo desconstruído, mas que, por ora, se configura através de novas formas no cotidiano. Para tanto, vale ressaltar que:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar onde o homem é essencial para a própria concepção do que é família, por que a família é pensada como ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença ‘desnecessária’, continua necessária. (SARTI, 1994, pág. 89)

Segundo Neto e Jardim (2015) a vulnerabilidade feminina é consequência não apenas de condições de pobreza e status econômico da família, mas também de barreiras socioculturais que impedem sua participação nas sociedades. Os autores citam que uma das vulnerabilidades que as mulheres estão expostas é a escassez da água, consequente de desastres ecológicos ou condições sazonais regionais, de modo que as agências internacionais vêm buscando a inclusão da dimensão de gênero no que tange às políticas hídricas para o desenvolvimento.

Para a Unesco (2015), a contribuição feminina no gerenciamento de recursos hídricos, bem como seu papel na tomada de decisão relacionados à água é de extrema importância, tendo em vista que para avançar na governança de recursos hídricos é necessário que um número máximo de atores sociais esteja envolvido, através de estruturas inclusivas de governança.

Dentro desse contexto, estudos como o de Costa Et al (2009) evidenciaram que viver em um bairro mais rico, aumenta a probabilidade de ter abastecimento de água. O fator renda influencia diretamente na questão do acesso à água. Reymão e Saber trazem em seus estudos que no ano de

⁶ Destaca-se que algumas tecnologias utilizadas no ambiente doméstico necessitam de água para serem usadas, como por exemplo, máquinas de lavar roupas, máquina de lavar louças, entre outras.

⁷ Silva (1998) destaca a discussão sobre a escravidão nos domicílios, ressaltando a condição feminina e a distribuição dos trabalhos que estavam relacionados à manutenção do lar.

1992 a chance de um domicílio ter água encanada aumentava em 84% com o aumento na renda, dada a escolaridade e a situação. No Nordeste a renda teria um efeito menor, mas ainda assim ela aumentava 57% a chance da família ter uma ligação de água em casa. Já em 2005, observa-se que o efeito renda é maior. “No Brasil, a chance de um aumento de renda elevar o acesso a água encanada é de quase 100% e no Nordeste ela é de 65%” (REYMÃO; SABER, 2007, p. 17). Essa disparidade do acesso se dá até mesmo nas águas subterrâneas, onde:

A população pobre tende a perfurar poços rasos, já contaminados pelo esgoto enquanto que a população de maior renda perfura poços profundos, mais seguros, mas que podem produzir rebaixamento dos níveis do terreno pelo esgotamento da água (BICUDO; TUNDISI; et al, 2010, p. 117).

Costa Et al (2009) afirmam ainda que a infraestrutura de água está interligada a menor sobrecarga de trabalho para as mulheres, já que estas não teriam que deslocar-se para adquirir esse recurso natural. Salientamos que, como nem todas as mulheres residem em bairros mais ricos, nem todas elas possuem abastecimento adequado, trazendo consequências para as atividades domésticas, bem como, na qualidade de vida familiar.

Ao considerar o crescimento da pobreza em áreas rurais, a crise global do meio ambiente e as desigualdades nas relações de gênero, surge uma necessidade diferente no gerenciamento de recursos hídricos, já que a água é utilizada nos afazeres domésticos. Tendo em vista que as mulheres não possuem assegurados seus direitos de acesso à água e a terra, sua subsistência fica comprometida, gerando uma feminização da pobreza (NETO & JARDIM, 2015).

Ao falar de pobreza de renda feminina, há de se considerar que nos países em desenvolvimento o tempo gasto em afazeres domésticos pelas mulheres chega a significar perda de renda. Contabiliza-se, por exemplo, o tempo gasto em buscar, carregar e purificar água, momentos que poderiam ser trocados por atividades que gerem renda, atividades de lazer ou busca por instrução pessoal. O fato é que, ao considerar o gênero na divisão social do trabalho, as mulheres ficam sobrecarregadas com atribuições que não geram renda, enquanto que os homens realizam atividades com remuneração (COSTA, Et al, 2009).

2.3 Abastecimento de água precário: consequências além dos serviços domésticos

Embora o enfoque dado neste trabalho sejam as implicações diretas do abastecimento precário de água na realização de tarefas domésticas pelas mulheres, o serviço de má qualidade na distribuição deste recurso natural traz outras consequências que merecem ser discutidas.

Salienta-se que, o papel feminino está sendo considerado aqui em um contexto de que a água é um bem consumido, e que as consumidoras, independente de classe social ou raça, devem ter

acesso a este recurso natural não apenas para a manutenção do lar, enquanto responsável das tarefas domésticas, mas também para seu uso pessoal, na perspectiva de suprir as necessidades adequadas a uma boa qualidade de vida.

Primeiro, pode-se destacar os malefícios para o próprio corpo físico, como desidratação e doenças, sobretudo para as mulheres em períodos de amamentação, por exemplo. O requisito básico em termos de água potável para uma mulher lactante que tenha uma atividade física, mesmo que moderada, são 7,5 litros por dia. Doenças transmitidas pela água poluída e pelo saneamento deficitário são a quinta maior causa de mortes de mulheres no mundo, fazendo mais vítimas que a Aids, a diabetes ou o câncer de mama, segundo estudos. Por ano, quase 800 mil mulheres morrem por falta de acesso a banheiros seguros e água (CLOROSUR, 2016). Ou ainda o que podemos ver no trecho a seguir:

Um estudo em 5.000 escolas no Senegal mostrou que mais de metade não possuíam abastecimento de água e quase metade não tinham instalações sanitárias. Das escolas com instalações sanitárias, só metade tinham instalações separadas para rapazes e raparigas. Em resultado disso, as raparigas preferiam não utilizar essas instalações, fosse porque não queriam correr o risco de ser vistas a usar os sanitários, ou porque foram avisadas que essas instalações não tinham privacidade ou não eram suficientemente limpas. Esta situação era não só penosa, como provocava problemas urinários e de bexiga. As raparigas também evitavam beber água na escola para evitar terem de urinar, ficando assim desidratadas e incapazes de se concentrarem (ONU, 2010).

Enquanto bem de consumo coletivo, a falta de água não priva os sujeitos apenas de tomar um banho a menos por dia, a falta desta provoca ocorrências que muitas vezes são desconhecidas da população em geral, como o fato de “as únicas doenças mais mortíferas para as mulheres do que a falta de água e saneamento de qualidade são doenças cardíacas, derrames, infecções das vias respiratórias inferiores e doenças pulmonares obstrutivas crônicas” (CLOROSUR, 2016).

A falta de água para o consumo – assim como a falta de saneamento - estão na raiz de problemas como a mortalidade materna e infantil e a violência sexual. Ainda trazendo o estudo feito nas escolas do Senegal, constata-se a exposição à violência sexual que as mulheres estão expostas.

Nos locais onde não havia instalações sanitárias ou onde estas não eram separadas, as raparigas – por medo de serem vistas – iam à mata, correndo o risco de serem mordidas por serpentes ou mesmo de serem agredidas sexualmente. As raparigas também faltavam à escola quando estavam menstruadas. Esta situação é uma causa primária da sub-representação do sexo feminino nas escolas (ONU, 2010).

Embora se associe essas situações apenas a outros países, o Brasil também apresenta deficiência nos níveis da população ao acesso a água – e ao saneamento – não sendo raro encontrar situações semelhantes a esta, tanto em contextos urbanos quanto rurais.

Outra questão que coloca as mulheres em maior vulnerabilidade se dá devido a exposição da mesma em algumas localidades que não dispõem do recurso para um consumo, tendo estas que irem a busca do mesmo a distâncias consideráveis. “A distância média que as mulheres em África e na Ásia têm de andar para recolher água são seis quilômetros” (ONU, 2010). Entretanto, engana-se quem associa apenas às mulheres do continente africano essa andança em busca de água para o consumo. Trazendo para o contexto local, diga-se, o Estado de Pernambuco as mulheres também vivem situações parecidas.

Fazendo um pequeno recorte da Região Metropolitana do Recife (RMR), no bairro de Arthur Lundgren I, as mulheres relatam que a falta de água provoca deficiências em outras áreas da vida, como: problemas de saúde, muitas vezes por ter que transportar água em baldes ou latas pesados, ocasiona problemas na coluna, ou por ter que carregar água por longas distâncias subindo e descendo ladeiras e escadarias; Mau rendimento no emprego, por ter que acordar pela madrugada para apanhar água; Falta de tempo para outros afazeres domésticos, dentre outros. Como pode ser visto em um relato extraído do Especial água, contido no Portal Folha PE.

Ela (a moradora) conta que de três em três dias faz o trajeto de quase dois quilômetros entre idas e vindas para ter a água que é utilizada nos afazeres domésticos, como lavar roupa, cozinhar e tomar banho. “Por só termos água de três em três dias, e olhe lá, preciso descer o morro (cerca de 2 quilômetros) para encher meus reservatórios com um conhecido que tem poço artesiano, pelo menos uma vez na semana. Enfrento a maratona de subir e descer a ladeira várias vezes carregando baldes para poder ter condições de realizar os afazeres domésticos. Essa realidade é encarada não exclusivamente por mim, não só na minha rua, mas por uma grande parte da população que vive aqui”, lamenta (PORTAL FOLHA PE, 2015).

Já outra moradora destaca que por não ter hora certa para acordar, devido à água chegar a sua residência em horários geralmente pela madrugada, ela tem problemas no trabalho no decorrer do dia. “Estamos à mercê da boa vontade dos outros, já que somos reféns de um sistema de abastecimento que favorece uma minoria”, lamenta a moradora “Há cinco anos não tenho hora para acordar” (PORTAL FOLHA PE, 2015).

São por estas e outras razões, que a falta de água para o consumo doméstico se tornou um dos temas da pauta Marcha das Mulheres, no dia 8 de março de 2015 – Dia Internacional da Luta pelos Direitos das Mulheres. Na ocasião, as mulheres cobrou medidas do governador Geraldo Alckmin

(marcha realizada em São Paulo) para que se garanta o abastecimento de água, especialmente da população mais pobre.

A babá Ana Maria Silva, de 55 anos, moradora de São Bernardo do Campo, na região metropolitana, conta que a rotina desgastante das tarefas domésticas só piorou depois que começou a faltar água nas torneiras. “Fecham [o abastecimento] um período. A gente tem que encher os baldes para se prevenir”, disse. Ela ressaltou que, depois de um dia de trabalho, nem sempre é possível tomar banho em casa. “Saio todo dia às 5h e volto às 20h30. Quando meu marido liga para dizer que não tem água, já dou um jeito no trabalho” (REDE BRASIL ATUAL, 2015).

Já Sâmia Bomfim integrante do Coletivo Juntos! que também participou da Marcha das Mulheres, disse que a falta de água afeta sobretudo o cotidiano das mulheres. “São elas que cuidam das tarefas domésticas. Se falta água, os filhos não vão para o colégio e dificulta a ida delas ao trabalho” (REDE BRASIL ATUAL, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano, materializado através da cidade, carece de infraestrutura adequada e acessível a todos, independentemente de renda salarial. Nesse contexto, se inclui a garantia de acesso a serviços que garantam a qualidade e manutenção da vida, dentre eles, o abastecimento de água potável e de qualidade.

Percebe-se que a escassez de infra-estrutura acaba por restringir os direitos de acesso e consumo a água de parte significativa da população, e como argumenta-se no decorrer deste trabalho, as mulheres acabam por ter suas jornadas de trabalho no lar penalizada.

Diante do exposto, entende-se que o protagonismo feminino, frente a manutenção do lar, exerce um papel que priva a mulher de realizar atividades para benefício próprio. Sendo assim, entende-se que, como o acesso a água colabora com a realização das atividades domésticas, este pode ter influência na melhoria da qualidade de vida feminina. A efetivação do abastecimento de água pode assegurar mais qualidade de vida a mulher, e conseqüentemente, à sua família.

Embora a promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente se constituir uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, sabe-se que muitos desafios ainda precisam ser vencidos para que a mesma cheguem a todos os sujeitos de forma segura e regular, uma vez que para a total garantia desse direito se faz necessário a articulação de diversas ações intersetoriais, devido à interface do tema com as políticas de recursos hídricos, de saneamento básico e, mais recentemente, com as políticas de segurança alimentar e nutricional.

Em resumo, apesar das metas estabelecidas mundialmente para a universalização dos serviços de saneamento e conseqüentemente do acesso a água potável afim de que todos a tenham para o consumo dentro dos padrões de segurança, o que se ver é que na atualidade mais de 600 milhões de pessoas em áreas urbanas do mundo em desenvolvimento continuam a estar permanentemente expostas a riscos mortais devidos às precárias condições de vida, especialmente à falta de água e condições sanitárias salubres. Uma necessidade básica a qualquer ser humano e, ao mesmo tempo tão escassa para muitos.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE (AEA). **A água na cidade**. Disponível em: <<http://www.eea.europa.eu/pt/articles/a-agua-na-cidade>> Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set. / dez. 2007.

CASTRO, Frederico do Valle Ferreira de., ALVARENGA, Luciano José., & MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. **A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Gestão de Conflitos em uma nova Territorialidade**. Revista Geografias – Belo Horizonte, 01 (1), 37 – 50, julho – dezembro de 2005.

CLOROSUR. **Água poluída e falta de saneamento mata mais mulheres do que Aids ou câncer, mostra estudo**. Disponível em: <http://www.clorosur.org/aguapoluidaefaltadesaneamentomatamaismulheresdoqueaidsoucancermostraestudo/>>. Acesso em 30 jun de 2016.

COSTA, Joana; HAILU, Degol; SILVA, Elydia; TSUKADA, Raquel. **Abastecimento de água em Gana Rural: as mulheres se beneficiam?** One Pager, nº 101. Dezembro, 2009.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento Regional e as cidades brasileiras. In: BITOUN, Jan.; MIRANDA, Livia (Org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais**. Recife: Fase, 2009. p. 63-91.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva. Coleção debates. 1969.

GALVÃO JÚNIOR, Alceu Castro. **Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil**. Revista Panam Salud Publica. 2009; 25 (6).

HORA, Karla E. R., SCALIZE, Paulo S., FURTADO, Cláudio A., FERNANDES, Luis J. M.. **Gênero e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Saneamento: aproximações a partir da realidade caboverdiana e brasileira**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém – PA – Brasil.

MARTINE, George. & McGRANAHAN, Gordon. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. IN: BAENINGER, Rosana (org.) **População e Cidades: subsídios**

para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

MELO, Luiz. Martins de. **A infraestrutura de serviços públicos e o território urbano.** In: Cláudio Figueiredo C.Leal, Lucas Linhares, Cristina Lemos, Marcelo Machado da Silva e Helena Maria M. Lastres. (Org.). **Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento - Sudeste.** 1ed.Rio de Janeiro: BNDES, 2015, v. , p. 410-434.

NETO, Maria Inácia D'Ávila. JARDIM, Gabriel de Sena. **A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no semiárido.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, 10 (1), São João del-Rei, janeiro/junho 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa da Década da Água da Água sobre Advocacia e Comunicação** - UNW-DPAC, 2010.

PORTAL FOLHA PE. **Vivendo sem Água.** Especial Água. 2014. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/Projetos/Especial_Agua/index.html> Acesso em: 20 mai. 2015.

REDE BRASIL ATUAL. **Ato em SP destaca que mulheres são as mais afetadas com a falta d'água.** Disponível em:
<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/03/mulherestambensaomaioresvitimasdafaltadaaguaemaopaulo3552.html>. Acesso em 30 jun de 2016.

REYMÃO, Ana Elizabeth; SABER, Bruno Aber. **Acesso à Água Tratada e Insuficiência de Renda: duas Dimensões do Problema da Pobreza no Nordeste Brasileiro sob a Ótica dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Fortaleza, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo: 1994.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Empregadas Domésticas, máquinas e a moral nos lares brasileiros.** Revista Tecnologia & Sociedade. v. 6, n. 10, 2010.

_____. **Tecnologia e vida doméstica nos lares.** Cadernos Pagu (10). Pag 21 – 52. 1998.

SILVA, Ricardo Toledo & MACHADO, Lenira. **Serviços Urbanos em Rede e controle público do subsolo: novos desafios à gestão urbana.** São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001.

TUCCI, Carlos E. M. **Águas Urbanas.** Revista Estudos Avançados. Vol 22, nº 63, São Paulo: 2008.

VENDRAMEL, Elza., MENDES, Cesar Miranda. & Kohler, Vera Beatriz. **Considerações sobre os serviços de água na produção do espaço urbano de Maringá-PR.** GEOGRAFIA – LONDRINA – V. 12 – N. 2 – JUL./DEZ.2003.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social.** IN.: BAENINGER,

Rosana (org.) **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.** Água para um mundo sustentável. World Water Assessment Programme. WWRD 2015. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2017.